



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Cantagalo  
Secretaria Municipal de Governo

## PUBLICADO

Jornal Legis notícias  
Edição 195 PG: 6  
Data 20/05/15 a 21/05/15



Spl. Def. L. 1.269/2015  
Rúbrica

### LEI N.º 1.269/2015.

**Cria vagas no quadro de pessoal estatutário, para os cargos de Carpinteiro, Mecânico e Pedreiro, Trabalhador Braçal, Eletricista e Telefonista.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - São criadas vagas no quadro de pessoal permanente do Município de Cantagalo, a serem preenchidas por pessoal legalmente habilitado em concurso público, consoante as seguintes habilitações:

CARGO	NÍVEL	VAGA
Carpinteiro	03	01
Mecânico	04	02
Pedreiro	03	01
Trabalhador Braçal	01	02
Eletricista	04	01
Telefonista	03	01

**Art. 2º** - As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento em vigor, e os impactos financeiros e orçamentários estão demonstrados no anexo, em cumprimento a LRF.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de maio de 2015.

  
**SAULO DOMINGUES GOUVEA**  
PREFEITO

**"Cantagalo, Município Bicentenário."**



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
Sec. Mun. de Planejamento, Gestão e Desen. Econômico

**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA**

O Projeto de Lei, encaminhado pela Mensagem n.º 16/2015 de 27 de abril de 2015, dispõe sobre contratação de diversos servidores para compor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Cantagalo.

A despesa inerente aos Projetos de Lei em questão está enquadrada, com base no disposto nos artigos 16 e 17 da Lei 101/2000 (LRF), como: **“Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado”**, que são àquelas derivadas de lei, medidas provisórias ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos.

A ordem orçamentária e financeira foi completada e fortalecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Assim, embora a LRF não tenha criado nenhuma exigência radicalmente nova para a geração de despesa, introduziu a **“Declaração do Ordenador de Despesa”**, que permite individualizar responsabilidades.

O art. 16º da LRF exige que, a despesa que está sendo gerada – portanto, a despesa nova – seja acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois exercícios seguintes, e de uma “declaração do ordenador de despesa”, atestando sua regularidade nos termos do PPA, da LDO e da LOA.

Se, além disso, a despesa for **obrigatória de duração continuada**, nos termos do art. 17 da LRF, deve-se indicar o mecanismo de compensação. Trata-se de uma **exigência adicional** e para tanto no Exercício Financeiro em vigor a compensação da despesa com o reajuste salarial que está sendo criada já foi considerada na proposta do orçamento em vigor e para os demais Exercícios será de acordo com o Anexo de Metas Fiscais anexado a LDO para 2015.

Contudo, diferentemente do art. 16º, no qual se enquadram muitas despesas, aqui trata-se de caso bastante particular: a despesa **corrente** que gerar impacto orçamentário-





Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
Sec. Mun. de Planejamento, Gestão e Desen. Econômico

financeiro por um período superior a dois exercícios e for obrigatória por lei ou ato administrativo normativo, que corresponde ao caso presente projeto de Lei.

Como a geração de despesa deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de declaração do Ordenador de despesa e, que o impacto orçamentário-financeiro deverá ser calculado para os três exercícios subsequentes, **ANEXAMOS** a esta Declaração às memórias dos cálculos realizados por minha Assessoria onde foram considerados, partindo-se de uma premissa bem conservadora, a evolução da Receita Corrente Líquida e das Despesas com Pessoal para os exercícios de **2015 a 2017**, onde verificamos que a relação Gasto de Pessoal x Receita Corrente Líquida ficou enquadrada no limite prudencial previsto na RLF, **51,3%**, quando a Lei determina que o limite para essa relação é de **54%**.

Finalizando, declaramos como Ordenador da Despesa que todos os impactos financeiros e orçamentários provenientes do presente Projeto de Lei foram considerados e as medidas necessárias para que o mesmo seja absorvido de forma adequada pela Administração foram tomadas.

Cantagalo, 27 de abril de 2015.

  
**Saulo Domingues Gouveia**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
**SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO**  
**CÁLCULO DO IMPACTO DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O PMC LEI XXXI/2015**

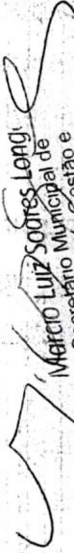
CARGO (A)	QUANTIDADE (B)	VENCIMENTOS + ENCARGOS (C)	GUSTO MENSAL (D) = (B x C)	GUSTO ANUAL (E) = (D x 13,33) 13,33
CARPINTEIRO	1	R\$ 915,98	R\$ 915,98	R\$ 12.209,96
MECÂNICO	2	R\$ 943,74	R\$ 1.887,49	R\$ 25.160,19
PEDREIRO	1	R\$ 915,98	R\$ 915,98	R\$ 12.209,96
TRABALHADOR BRAÇAL	2	R\$ 883,28	R\$ 1.766,56	R\$ 23.548,24
ELETRICISTA	1	R\$ 943,74	R\$ 943,74	R\$ 12.580,10
TELEFONISTA	1	R\$ 915,98	R\$ 915,98	R\$ 12.209,96
<b>SUBTOTAL (a)</b>	-	-	<b>R\$ 7.345,72</b>	<b>R\$ 97.918,42</b>
<b>DESESA COM PESSOAL (BASE DEZ/14 = 49,79%)</b>				
				<b>R\$ 36.015.283,70</b>

<b>Despesas criadas através da mensagem n.º 003/2015 (criação de FGE no FMMADS)</b>				
				<b>R\$ 60.686,16</b>
<b>Despesas criadas através da mensagem n.º 006/2015 (Contratação de enfermeiro para o PESF do FMS)</b>				
				<b>R\$ 68.164,04</b>
<b>Despesas criadas através da mensagem n.º 016/2015 (Contratação de servidores para PMC)</b>				
				<b>R\$ 97.918,42</b>
<b>TOTAL (com as novas contratações)</b>				
				<b>R\$ 36.242.052,32</b>

RCL (LDO)	RCL (#)	VARIAÇÃO % FOLHA (*)	GASTO C/ PESSOAL	% DA RCL
RCL DEZEMBRO/2014	R\$ 72.333.904,80	-	R\$ 36.242.052,32	50,10
RCL DEZEMBRO-2015 (VARIAÇÃO = 8,42%)	R\$ 77.758.947,66	8,4%	R\$ 39.293.633,13	50,53
RCL DEZEMBRO-2016 (VARIAÇÃO = 7,30%)	R\$ 83.435.350,84	7,3%	R\$ 42.162.068,34	50,53
RCL DEZEMBRO 2017 (VARIAÇÃO = 8,13%)	R\$ 90.218.644,86	7,0%	R\$ 45.113.413,13	50,00

OBS. (\*) CONSIDERADA A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL ( INFLAÇÃO + VARIAÇÃO DO PIB NACIONAL)

(\*) CONSIDERAÇÃO A TENDÊNCIA VERIFICADA NA LDO DE 2015

  
**Marcelo Luiz Soares Longi**  
 Secretário Municipal de  
 Planejamento e Gestão e  
 Desenvolvimento Econômico